

“Jesus pega fila com a gente”: entrelaçamentos entre fome e fatalismo nas vivências de pessoas em situação de rua

Thamara Barbosa Teixeira Dias

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

Camilo Augusto Soares

Verônica Morais Ximenes

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como o fatalismo se entrelaça à realidade de fome das pessoas em situação de rua, analisando os cenários de enfrentamento articulados por elas. Nessa abordagem, pauta-se o modo de produção capitalista como base propulsora das desigualdades que produzem como consequências a situação de rua, a fome e a subjetivação advinda desses contextos. O fatalismo, por sua vez, reproduz-se na medida em que a realidade propagada é apresentada como inalterável, despotencializando movimentos de libertação. Entretanto, essa categoria precisa ser compreendida dialeticamente para assim tramar a possibilidade de outros sistemas de vida. A pesquisa qualitativa consistiu na análise de entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua da cidade de Fortaleza – Ceará. Foi utilizada Análise Temática e, a partir das categorias fome e fatalismo, se teve acesso a uma representação do viver nas ruas, que se desloca entre as situações de humilhação sofridas e as formas de resistência encontradas no espaço público. Os resultados apontam ainda que tanto a pobreza quanto o fatalismo atravessam a realidade de fome das pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Pobreza; Fome; Fatalismo; Pessoas em Situação de Rua.

ABSTRACT

“Jesus queues with us”: the intertwining of hunger and fatalism in the experiences of homeless people

The aim of this article is to understand how fatalism is intertwined with the reality of hunger faced by homeless people, by analyzing the coping scenarios they articulate. This approach focuses on the capitalist mode of production as the driving force behind the inequalities that result in homelessness, hunger and the subjectivation that arises from these contexts. Fatalism, in turn, is reproduced to the extent that the propagated reality is sold as unalterable, disempowering liberation movements. However, this category needs to be understood dialectically in order to create the possibility of other systems of life. The qualitative research focused on analyzing interviews conducted with homeless people in the city of Fortaleza – Ceará. Thematic analysis was used and, based on the categories of hunger and fatalism, access was gained to a representation of living on the streets, which shifts between the situations of humiliation suffered and the forms of resistance found in the public space. The results also show that both poverty and fatalism permeate the reality of hunger among people living on the streets.

Keywords: Poverty; Hunger; Fatalism; Homeless People.

Sobre os Autores

T. B. T. D.
orcid.org/0009-0008-9749-0136
Universidade Federal do Ceará
(UFCE) – Fortaleza, CE
thamaradias84@yahoo.com.br

C.E.E.F.
orcid.org/0000-0001-7098-0460
Faculdade Ari de Sá (FAS) –
Fortaleza, CE
autoroliveira@email.com

C. A. S.
orcid.org/0000-0003-0294-0605
Universidade Federal do Ceará
(UFCE) – Fortaleza, CE
camilosaugusto@gmail.com

V. M. X
orcid.org/0000-0003-3564-8555
Universidade Federal do Ceará
(UFCE) – Fortaleza, CE
vemorais@yahoo.com.br

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



A população em situação de rua (PSR) é um grupo social cuja existência no modo de reprodução capitalista se constitui a partir do interesse em manter uma parcela do contingente populacional em um quadro de vulnerabilidades sociais, políticas, econômicas e culturais (Neves-Silva et al., 2018). Esse espaço de experiências passa por um paradoxo da visibilidade, que invisibiliza as vivências e superdimensiona as privações, desumanizando essas pessoas. Essa contradição citada cumpre uma função: a situação de rua deve se apresentar como o estágio máximo de privação, a fim de disciplinar a população mais pobre pelo medo. Assim, torna-se necessário aceitar ser explorado a fim de evitar a situação de pobreza extrema, que para Barbosa e Ximenes (2023) é expressa simbólica e materialmente pela rua.

Nesse sentido, para tratar sobre a situação de rua, torna-se essencial considerar a sua multifatorialidade, sendo imprescindível entender a pobreza como um fenômeno multidimensional, analisando, para além da renda, as dimensões subjetiva, de trabalho, educação, saúde e direitos humanos (Fahel et al., 2016). Para isso, é necessário abordar aspectos como a chegada às ruas, as condições de vida e os enfrentamentos construídos na rua (Brito et al., 2022).

O processo de socialização nas ruas é marcado também pelo senso de comunidade, estratégias de resistência, construção de redes de apoio social e produção coletiva de cuidado (Queiroz et al., 2024). As possibilidades de enfrentamento são sustentadas por sensibilidades e conhecimentos próprios do sistema da rua, diferentes em cada território, cidade e região, mas que convergem na afirmação de que ainda há vida, como se o laço do encontro promovido pela rua evocasse a defesa de uma vida que “não vão matar agora”, nas palavras da escritora Jota Mombaça (2021). Nesse sentido, entende-se como ainda mais necessária a construção de políticas públicas participativas, que considerem as múltiplas potências e fragilidades do habitar o espaço público. Esse esforço é fundamental, pois ainda é alarmante o cenário de barreiras de acesso à saúde e assistência que expõem a PSR ao contexto de um outro projeto político: a fome (Luciano & Correa, 2022).

A fome, embora uma ferida sempre presente na sociedade brasileira, encontra ainda pouco espaço na produção bibliográfica, que contrasta com sua relevância enquanto fenômeno coletivo. Apontada como um projeto político por Castro (2022), o conceito é construído de maneira multifacetada, possuindo implicações biológicas e sociais. A fome, portanto, é considerada uma das primeiras consequências da colonização predatória do país, baseada na acumulação de riquezas e na exploração, criando, assim, o estado de fome, mesmo em um país tão diverso. Por se tratar de um fenômeno orquestrado pelas elites ao longo dos anos (Castro, 2022), diversos conhecimentos sobre os efeitos da

fome e maneiras de resistência foram sistematicamente eliminados, atribuindo individualização a um problema social coletivo (Oropeza & Rosa, 2021), que no Brasil se expressa por contradições político-econômicas relacionadas à formação social brasileira e à ausência da Reforma Agrária. Um desses efeitos é que, a despeito da larga produção alimentícia para exportação, quatro a cada dez brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave ou moderada, e essa situação atinge primordialmente domicílios chefiados por mulheres negras nas regiões Norte e Nordeste (Lizarraga, 2024), revelando um corpo-alvo da fome.

A Lei nº 11.346 (Lei nº 11.346, 2006) define segurança alimentar e nutricional como um acesso que se estende no tempo, em quantidade e qualidade suficientes para um suprimento que vai além da necessidade de sobrevivência, mas provê satisfação nutricional e a manutenção de práticas alimentares sustentáveis nos âmbitos social e cultural. Ainda nesse campo, o Ministério da Saúde (Brasil, 2022) caracteriza a insegurança alimentar grave pela quebra do padrão usual da alimentação, com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes.

Considerando tais produções, é possível posicionar a PSR como grupo marcado pela realidade da fome. Esse quadro é intensificado pela redução das possibilidades de enfrentamento e apoio no contexto de vivência das ruas, onde se produz um discurso sobre a fome e o futuro marcados pela ausência de perspectivas, aceitando-se, portanto, a violência e a opressão como destino inevitável e marcado pela despotencialização dos sujeitos, características que Martín-Baró conceitua como fatalismo (Martín-Baró, 2017).

O fatalismo tem sido comumente definido como uma crença de que o destino é predeterminado ou independente da ação de um indivíduo. O fatal, portanto, é aquilo que não se pode evitar, mas também entendido como um acontecimento infeliz ou trágico, cabendo ao ser humano apenas aceitar o seu destino (Martín-Baró, 2017). No entanto, uma análise crítica possibilita que essa categoria teórica seja compreendida a partir de um processo complexo de determinação com origem na realidade concreta e pelas suas possibilidades de superação.

Para isso, é fundamental abandonar o psicologismo e o idealismo, ou seja, compreender o fatalismo para além da lógica individualista, tendo em vista que se trata de uma das expressões das contradições do capitalismo e também, no caso da América Latina, do colonialismo e do desenvolvimento dependente, se apresentando como subjetivação da realidade objetiva (Mendes & Costa, 2023).

A ideia de síndrome ou atitude fatalista foi discutida por Martín-Baró (2017) a partir da realidade do povo latino-americano. Essa atitude implica processos ideacionais, afetivos e comportamentais. Nesse sentido, as ideias

consistem na crença de que o destino está predeterminado e que nenhuma ação pode modificá-lo, incluindo a crença religiosa num Deus que decide as nossas vidas. Na dimensão afetiva, o fatalismo se caracteriza pela resignação frente ao destino imutável, aceitação do sofrimento causado e evitar se afetar emocionalmente diante dos fatos da vida. Por fim, a dimensão comportamental consiste no conformismo, submissão, passividade, presentismo e falta de planejamento do futuro.

Apesar de ser entendido como uma atitude, ou seja, como uma maneira na qual o indivíduo significa os acontecimentos da sua vida, essa compreensão evita análises individualistas, uma vez que as atitudes fatalistas estão relacionadas “[...] com as condições econômicas, políticas e culturais de cada sistema social” (Martín-Baró, 2017, p.180).

Nos estudos analisados por Martín-Baró (2017), a atitude fatalista estaria mais presente nas classes sociais baixas. O autor critica a psicologização do fatalismo, isto é, a ideia de que ele seria um traço da personalidade dos povos latino-americanos, defendendo que se trata de um “correlato psíquico de estruturas sociais determinadas” (Martín-Baró, 2017, p. 191), constituindo-se primeiro como realidade externa e, somente depois, como atitude individual. Paralelamente, difundem-se estereótipos do latino-americano, caracterizado como preguiçoso, passivo, irresponsável e excessivamente religioso.

A consideração do caráter ideológico do fatalismo é uma forma de compreensão dialética desse fenômeno, de modo que coexistem elementos de falsidade e de verdade. A ideia de que a falta de progresso social se deve a um destino fatal determinado por Deus ou pela natureza seria o elemento falso do fatalismo. Já o aspecto verdadeiro do fatalismo seria a “verificação de que é impossível para as maiorias populares latino-americanas realizarem, pelos seus esforços, uma mudança de sua situação social” (Martín-Baró, 2017, p. 189).

A consideração do caráter ideológico do fatalismo é uma forma de compreensão dialética desse fenômeno, de modo que coexistem elementos de falsidade e de verdade. A ideia de que a falta de progresso social se deve a um destino fatal determinado por Deus ou pela natureza seria o elemento falso do fatalismo. Já o aspecto verdadeiro do fatalismo seria a “verificação de que é impossível para as maiorias populares latino-americanas realizarem, pelos seus esforços, uma mudança de sua situação social” (Martín-Baró, 2017, p. 189).

Desse modo, este artigo busca compreender como o fatalismo se entrelaça à realidade de fome das pessoas em situação de rua, analisando os cenários de enfrentamento.

MÉTODO

Esse estudo tem abordagem qualitativa e tem como fonte primordial os dados da pesquisa (Esmeraldo Filho & Ximenes,

2024) realizada por um grupo de pesquisa de uma universidade do nordeste brasileiro. Essa pesquisa, aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa sob o parecer CAE 2.942.772, além de uma etapa quantitativa, também abrangeu em seu escopo a realização de entrevistas com pessoas em situação de rua no ano de 2020.

As análises da pesquisa-fonte foram construídas no âmbito tese de doutorado de um dos autores. O presente artigo resgata tais dados para aprofundamento sob a ótica das relações entre fome e fatalismo em Fortaleza - Ceará. Foram entrevistadas seis pessoas, todas negras (pretas ou pardas), cisgêneras, maiores de 18 anos, em processo de saída da situação de rua, com pelo menos um ano de trajetória de rua, conforme caracterização na Tabela 1. Os participantes foram selecionados por conveniência e mediante a técnica bola de neve, a partir de contatos prévios dos pesquisadores e indicações da rede de convívio dos entrevistados, além de abordagem direta realizada em um Centro POP local. Devido à pandemia de COVID-19, quatro entrevistas aconteceram por meio da plataforma de reuniões on-line Zoom.

Tabela 1. *Caracterização dos participantes*

Nome	Idade	Raça	Gênero	Formato	Tempo de Rua
Machado	45	Parda	Homem Cis	Online	3 anos
Jorge	38	Preta	Homem Cis	Online	5 anos
Oliver	29	Parda	Homem Cis	Online	1 ano
Clara	32	Preta	Mulher Cis	Presencial	2 anos
Eva	51	Parda	Mulher Cis	Presencial	10 anos
Alex	35	Parda	Homem Cis	Online	4 anos

Nota: Nomes são pseudônimos. A entrevista de Eva foi realizada em seu quitinete, e a de Clara, no Centro POP. O tempo de situação de rua foi autorreferido.

A maioria dos entrevistados era beneficiária de programas de moradia, como Aluguel Social e o Minha Casa Minha Vida. As trajetórias são diversas: Machado, educador social, foi para a rua após questões de saúde mental; Jorge, graduado em Ciências Sociais, vivenciou ruptura familiar; Oliver, cuja situação de rua iniciou devido a uso de drogas, demonstrou consciência política; Alex ressaltou a violência policial e o papel dos vínculos para o conhecimento da rede assistencial. Entre as mulheres, Eva, que foi para a rua por violência doméstica, manteve-se sustentando seis filhos por meio da prostituição; por fim, Clara, que foi para a situação de rua após abandono familiar devido ao diagnóstico de HIV, foi

abordada em Fortaleza – Ceará, após transitar entre Piauí e Ceará.

O conteúdo das entrevistas foi analisado por meio da Análise de Conteúdo Temática, que Bardin (2011) descreve como um procedimento de identificação de núcleos de sentido que permitem construir relações entre o conteúdo do material e os objetivos da análise. Após a transcrição das entrevistas, o processo seguiu três etapas: inicialmente, foi feita a pré-análise, por meio da leitura flutuante, permitindo uma primeira aproximação às histórias dos participantes. Em seguida, foi realizada a exploração do material, mediante leitura atenta e categorização. Nessa fase, os trechos foram organizados em duas categorias (fome e fatalismo) e nas unidades de registro identificadas a partir dos descritores “fome”, “alimentação”, “comida”, “quentinha” e “estouro”¹ para a categoria fome; e “deus”, “pobreza”, “apoio”, “ajuda” e “superação” para a categoria fatalismo. Por fim, após nova leitura do material, realizou-se a interpretação dos resultados, articulando-se as categorias empíricas surgidas na segunda etapa e o referencial teórico adotado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos relatos dos participantes levou à organização da apresentação e análise dos resultados a partir das duas categorias temáticas centrais: “Fome e violência na vivência de rua” e “Fatalismo, religiosidade e estratégias de enfrentamento”, que articulam as dimensões materiais da privação à experiência subjetiva e social de viver nas ruas.

FOME E VIOLÊNCIA NA VIVÊNCIA DE RUA

Os relatos denunciavam que os primeiros dias nas ruas são marcados pela falta de informação e pelo medo, de modo que os recém-chegados à situação de rua, não familiarizados com as regras e dinâmicas de sobrevivência, vivenciam situações de extrema vulnerabilidade e de fome, como aponta Machado sobre sua primeira semana:

Pra me alimentar era complicado porque eu não sabia que que davam comida nas praças, então eu saía caçando nas lixeiras, e aí com 4, 5 dias as pessoas viam meu estado e começavam a oferecer comida porque eu não pedia ... eu tinha um medo tão grande de receber não das pessoas ...e quando eu cheguei na rua foi muito com isso, e foi basicamente 7 dias nessa peleja ... sem saber como me alimentar... (Machado).²

Atender às necessidades básicas de sobrevivência tem papel prioritário para a organização da vida da PSR, que devido às negligências estruturais de seus direitos, vivem em constantes inseguranças. Dessa maneira, o cotidiano é definido pela angústia causada pelo futuro incerto (Cerdeira et al., 2024).

A falta de garantia do acesso à próxima refeição aparece na fala de Jorge, que destaca o desequilíbrio da alimentação nas ruas, com dias com fartura, dias sem comida nenhuma, e sempre sem a possibilidade de escolher o que comer: “É o desequilíbrio, cara. Uma sensação de desequilíbrio. Tem dia que fica sem comer, tem dia que cê come feijoadada, arroz, camarão, é... melhor comida que tem no... no... no Ceará. Tem dia que cê num tem nada. Você não poder escolher (Jorge)”.

Esse relato demonstra uma grave violação de direitos humanos, bem como a lacuna inerente às políticas públicas, que falham em garantir um mínimo de segurança alimentar à população. Soma-se a isso a falta de constância das doações, que limita a autonomia e restringe possibilidade de o sujeito escolher o que e quando comer.

As deficiências na alimentação, bem como a forma como essas pessoas são inseridas na sociedade, impactam significativamente seus processos de saúde. Nesse sentido, Oliver, quando questionado sobre sua saúde, expressa, de forma clara, os direitos que são constantemente negados à PSR:

Rapaz a saúde... a saúde é... é só a misericórdia né mah? comê que se tem saúde na rua sem comer direito, comeno só comida estragada, comida ruim, sem tomar um baim, sem vestir uma roupa que preste, sem dormir, você num tem saúde né, você num tá, cê num tá vivo ... na rua você num vive, você vegeta (Oliver).

Diante das contradições ocasionadas pela crescente subordinação das políticas estatais aos interesses do capital, a saúde deve ser compreendida como uma questão social, de modo que as condições de vida dos seres humanos são centrais para o entendimento do processo saúde-doença. Devem ser considerados, portanto, fatores como condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, emprego e demais componentes da vida humana (Tambellini & Miranda, 2021). Ao mesmo passo, Martín-Baró (2017) enfatiza a historicidade e as relações sociais como analisadores fundamentais para a saúde mental. A análise articulada desses elementos permite afirmar que a produção de um processo de saúde depende diretamente da garantia dos direitos sociais.

A negação da saúde e alimentação adequadas pode ser compreendida como uma expressão da violência que atravessa a vida das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, Martín-Baró (2017) compreende que a violência se constitui a partir de processos e comportamentos historicamente produzidos, sendo, portanto, estruturalmente determinada. Safiotti (2015) define a violência a partir da ruptura da integridade física, psíquica, sexual ou moral da vítima. Dessa forma, o aumento das desigualdades sociais atreladas à exclusão social contribui diretamente para o

crescimento e a naturalização da violência no Brasil, que na PSR, se manifesta em diversos âmbitos, de maneira tanto simbólica como material (Fortaleza, 2021).

Esses processos possuem raízes no histórico de colonização, conforme destaca Césaire, (2020), para quem as conquistas coloniais se dão e se justificam pelo desprezo de milhares de seres humanos, que são abandonados à própria sorte (Césaire, 2020). A negação, a esses seres humanos, dos direitos à alimentação e à moradia, por exemplo, denuncia o caráter estrutural das violências que se tornam cotidianas na realidade de uma parcela da população. Seu uso habitual e naturalizado mostra que a sociedade está infectada desde a sua raiz (Martín-Baró, 2017). A afirmação de Césaire (2020), de que a civilização moderna encontra-se decadente, doente e moribunda, materializa-se na normalização da disputa de alimento entre a população em extrema pobreza e fome, conforme relato a seguir:

(...) é complicado, entendeu, porque quando tem os feriados é muita gente na praça, pa pouco estouro, porque quando os equipamentos fecham, então geralmente os equipamentos só abrem pra dormir, eles não oferecem, é, alimentação durante o dia, então é muita gente, então por mais que tenha que teja, um ou dois estouro, acaba não suprimindo necessidade, e é muito da lei do mais forte memo, porque quando chega o cara diz estouro, e o camarada tem que correr e boa sorte que quem chega primeiro vacila, entendeu? (Trecho de Entrevista - Machado).

A dependência de serviços públicos, como o Centro POP, ou não governamentais, como a Pastoral do Povo da Rua, para a obtenção de alimentação, faz com que as pessoas em situação de rua enfrentem obstáculos nos feriados e fins de semana, quando os equipamentos estão fechados. Ademais, há dificuldades materiais e simbólicas no acesso à alimentação de qualidade. Nesse sentido, o cotidiano da vida nas ruas é marcado pela negação do direito de escolha, escassez, exposição a alimentos estragados e submissão a processos de violência e humilhação, conforme pode ser demonstrado pela fala de Jorge, que descreve a irregularidade no acesso à comida e a relação de silenciamento característica das doações:

(...) eu sei quando a pessoa faz a comida porque ela quer, quando a comida tá estragada...porque fez muito tempo antes, quando é comida estragada de propósito, quando foi feito com amor, quando errou no tempero só que ninguém reclama do prato do doador. Se reclamar do doador, ele não vem. Ai é pior (Jorge).

A experiência de Jorge demonstra que a comida e o ato de comer, para além da sobrevivência biológica, são atravessados pelas relações sociais e participam ativamente da construção cultural da sociedade. O hábito alimentar, portanto, se apresenta de diferentes maneiras a depender do

contexto econômico, político, social, psicológico e cultural em que o sujeito está inserido (Duarte; Brisola & Rodrigues, 2021). A impossibilidade de escolha e a necessidade de aceitar alimentos de procedência duvidosa, sob o risco de ficar com fome, demonstra que a alimentação é atravessada por desigualdades sociais, hierarquia e discriminação na busca por alternativas de sobrevivência (Mota et al., 2023).

A experiência de fome e de alimentação precária traduzem-se, claramente, em processos de humilhação e discriminação, principalmente em contextos de extrema pobreza, como é o caso das pessoas em situação de rua. Conforme, [referência suprimida – texto das autoras] quanto maior a pobreza em que a pessoa se encontra, maior é sua percepção de discriminação. Esses processos são narrados por Oliver e Clara, a seguir:

sem ter uma comida na hora ali pa mim comer, tendeno, pa mim comer tinha que tá pedindo, se humilhano, entendeno, as vezes cheguei até, cheguei até, é, a catar comida do lixo pa comer, na hora que os restaurante fechava que sobrava aqueles resto de comida eles botavam dentro do tambor, 2 hora, 3 hora da tarde, aquele self service, a gente ia caçar, tirar comida de dentro do tambor pa comer (Oliver).

Quando eu fui pedir uma comida, que ela olhou pra mim e disse assim, que eu era nova, que eu podia trabalhar ... me mandou eu criar vergonha na minha cara. Eu fui chorar, fui... tipo, fiquei tipo depressiva, fiquei com medo de pedir as coisa com as pessoas novamente...Fui comer comida do lixo, comida azeda. Prato fedido, de um dia pro outro. Porque, desde quando eu fui tratada dessa forma que eu fiquei com... fiquei com aquilo, foi pro meu psicológico, né? (Clara).

Essas experiências marcadas pela fome, miséria e degradação podem ser compreendidas como vivências de sofrimento ético-político (Sawaia, 2009), na medida em que resultam de uma estrutura social injusta e desigual, ultrapassando a dimensão individual do sofrimento. Ademais, tais experiências não podem ser analisadas apenas a partir da pobreza, devendo considerar também os demais marcadores a que essas pessoas estão submetidas. Nesse sentido, a discriminação, a humilhação e a vergonha restringem a possibilidade de acesso à igualdade e à equidade, resultando ainda em autculpabilização e sentimentos de inferioridade (Silva et al., 2016).

É fundamental ressaltar o caráter interseccional dessas opressões, uma vez que fatores como classe, raça, gênero, sexualidade e território são importantes analisadores, não podendo ser tratados de maneira individual, mas sim relacional (Davis, 2016). As mulheres pretas enfrentam as formas mais intensas de opressão, resultantes da articulação entre racismo, patriarcado e pobreza estrutural. Seus corpos são tomados como meio de reprodução da vida e do trabalho,

duplamente violentados pela exploração patriarcal (Gonzalez, 2020). Nesse sentido, embora sejam apenas 18,5% da PSR no município de Fortaleza - Ceará (Fortaleza, 2021), as mulheres vivenciam opressões específicas, frequentemente ignoradas pelas políticas públicas, como expressa o relato de Eva a seguir:

quando às vezes eu num tinha num tinha nada pra comer eu olhava prum lado e pa oto e num tinha nada pra comer, aí eu pegava e ia fazer programa, pra poder ter alguma coisa né, é muito ruim, é muito ruim você se deitar com os homem e sentir nada, e... só pelo dinheiro é ruim demais, que quando você chega em casa cê chega mais pesado ainda, é horrível, porque quando falta as coisa, algo, o seu filho pede mãe tô com fome eu quero pão, né, é muito ruim (Eva).

Além da própria sobrevivência, elas precisam dar conta de seus filhos, aumentando os desafios. Dessa maneira, enfrentar situações de violência pode significar um ato de reinvenção da própria sobrevivência e de seus filhos. A experiência da fome, portanto, representa um aprofundamento das experiências circunscritas na pobreza. O atravessamento do gênero, muitas vezes, impõe às mulheres a vivência da maternidade de forma violenta e opressora. A desumanização das mulheres é uma das heranças escravocratas em nosso tempo (Davis, 2016), e o ato de maternar encontra dificuldades desde o gestar (Schiavi et al, 2023).

FATALISMO, RELIGIOSIDADE E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Ao se afastar de uma leitura individualista e culpabilizadora, a análise dos relatos dos participantes evidencia que as condições estruturais que mantêm as pessoas na pobreza e na situação de rua são as mesmas que reforçam algumas atitudes fatalistas e dificultam o seu enfrentamento. Nesse sentido, tanto a situação de rua quanto o fatalismo podem ser compreendidos como expressões das contradições do capitalismo.

Assim, por vivenciarem condições de extrema privação, parte dos entrevistados apresenta características que apontam para uma atitude fatalista. Da mesma forma, a dificuldade de enfrentar a pobreza acompanha a de enfrentar o fatalismo, uma vez que ambas implicam a necessidade de transformações estruturais da sociedade. De maneira semelhante, Pinto & Paiva (2021) destacam que a estrutura social desigual e a ideologia dominante favorecem a predominância de atitudes fatalistas em pessoas em condição de pobreza, na medida em que as condições precárias de vida contribuem para a naturalização da realidade.

A atribuição dos eventos da vida à vontade de Deus ou

a sorte são exemplos de atitudes fatalistas identificadas nos relatos. Para Martín-Baró (2017), essa crença implica na não compreensão de que a ação pode mudar o destino. Machado, por exemplo, entende que o fato de ter construído boas amizades nas ruas foi crucial no enfrentamento da situação de rua, pois permitiu que ele recuperasse seu interesse pela arte, no entanto atribui esses eventos à sorte, e não à sua habilidade em construir laços sociais significativos:

Eu digo que eu tive muita sorte, porque ... em 1 ano e 8 meses, eu encontrei muitas pessoas que me ajudaram em relação a tudo, não só a sair da situação de rua, mas em relação a tudo mesmo, em questão de caráter, em questão de personalidade...de me recriar e me reestruturar e me tornar o que eu sô...(Machado).

No entanto, os elementos do fatalismo mais comuns nos relatos referem-se à ideia de que o destino de cada um é determinado por Deus. Nos relatos, não se percebe nada parecido com fanatismo religioso, mas pelo fato de existirem muitos grupos religiosos que oferecem doações ou serviços na rua, muita gente acaba se aproximando e absorvendo o universo conceitual dessa religião. Dois participantes apresentam uma visão mais crítica das relações que entidades religiosas estabelecem com pessoas em situação de rua. Nesse sentido, Machado e Jorge entendem que algumas pessoas realmente se apropriam do discurso religioso, já outros fingem ser adeptos da religião para poder receber a doação de comida, enquanto mantém um olhar crítico para as condições de recebimento da refeição.

É muito é muito essa questão, de que a galera às vezes se ilude muitas das pessoas que vão fazer trabalho em cima da praça, né vão dar comida, vão dar sopa e tal, e que gostam muito de... nada contra a religião de ninguém, mas que gostam muito de de tá catequizando, tá doutrinando as pessoas (Machado).

Agora eu lembro que rezei muito pai nosso, muito... muito "como Zaqueu, eu quero subir"... cantei muito "como Zaqueu" pra comer. Jesus não tava interessado neles. Que Jesus conhece. Jesus pega fila com a gente, cara. Ele pega fila com a gente. Ele sabe qual que é (Jorge).

As doações, entretanto, ocupam um lugar de grande importância na rota alimentar da PSR, já que elas preenchem as lacunas do estado e estão presentes de forma muito mais efetiva no cotidiano do povo (Martins & Raidel, 2023). Nesse cenário é de suma importância destacar a prevalência de instituições religiosas na execução desse trabalho. A crítica, porém, vem na condicionalidade muitas vezes adotada para tal caridade. Independente da religião associada, sempre levam a sua verdade para o momento das doações, relacionando aquele ato ao divino cultuado, como pontua Jorge.

(...) eu lembro que eu tava como uma mulher que dava um... lá... uma comida lá... um lanchinho lá e tinha que rezar, falar um versículo da bíblia. Eu falei "senhora, eu lá vou saber de porra de versículo de bíblia" "ai meu filho, tem que falar" "não sei, num sei". Porque... e também tem outras... tem outras... tem o outro lado da moeda (Jorge).

As práticas de doações e de caridade junto às pessoas em situação de rua são comuns em várias cidades brasileiras. Nesse aspecto, Honorato (2014) também se refere a táticas nas quais as pessoas frequentam e assumem a crença em grupos religiosos diversos, tais como espíritas, católicos e evangélicos como forma de obter benefícios. Ademais, por mais que alguns aceitem escutar o discurso religioso, muitos resistem à instrumentalização da religião.

Por outro lado, nem todas as organizações religiosas adotam uma proposta catequizadora. A Pastoral do Povo da Rua, presente em vários municípios do Brasil, articula, nas suas ações, espiritualidade e ações políticas de luta por direitos humanos e de apoio à organização coletiva das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, Pessoa (2021) refere-se à ação exercida pela Pastoral no sentido de fortalecer o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), cujas primeiras articulações ocorreram nas cidades onde ela atua, como em Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP) (Costa, 2007).

Há alguns relatos com referências a Deus e a um certo controle divino do destino dos indivíduos. O relato de Eva, por exemplo, demonstra a crença de que o seu destino foi obra de Deus, ignorando os determinantes da pobreza e da situação de rua, ou seja, a lógica excludente do capitalismo neoliberal, que também está relacionada à manutenção do fatalismo: "Acho que sim porque deus já melhorou muita coisa da minha vida, acho que não é impossível não (risos) porque sério mesmo ó, tenho um testemunho pra dar." (Eva).

Esse tipo de fala remete à crença em um controle divino sobre as ações humanas, fortalecida pelo neopentecostalismo, que, assim como o neoliberalismo, vem crescendo nas últimas décadas. Fundamentada na teologia da prosperidade, essa perspectiva atribui ao indivíduo tanto o sucesso como o fracasso, associando a pobreza à falta de fé ou de esforço pessoal que demonstrem essa fé (Mendes & Costa, 2023). Conforme esses autores, nessa lógica, o neopentecostalismo contribui para a captura das subjetividades, produzindo sujeitos docilizados e assujeitados, o que favorece a reprodução do fatalismo.

A atribuição à vontade de Deus aos acontecimentos da vida de Eva ilustra o que Martín-Baró (1998) identifica como uma religião aliada à ordem social, que contribui para a manutenção da estrutura social e atitudes fatalistas, ao

deslocar o foco da transformação social para a salvação individual ou aceitação passiva da vontade divina como virtude. Nesse caso, a partir de uma dimensão sócio-política, não somente individual, a religião exerce papel de alienação da população, ao compreender que a passividade é uma virtude, pois o mais importante não é buscar a mudança da sociedade, mas se aproximar de Deus e da salvação (Mendes & Costa, 2023). Esses autores compreendem ainda que a própria concepção do capitalismo neoliberal, que vem acompanhado de uma ascensão conservadora, é intensamente fatalista, muitas vezes compreendida como de difícil superação, como o "fim da história". Desse modo, o neoliberalismo depende da manutenção do fatalismo para se conservar.

Por outro lado, se considerarmos o caráter ideológico e dialético do fatalismo, entendemos que é impossível para a PSR, por meio dos seus esforços, superar o fatalismo, pois o processo de determinação histórica da estrutura social sustenta e contribui para a manutenção do fatalismo, das desigualdades sociais, da pobreza e da situação de rua, impedindo que os esforços de superação das pessoas obtenham sucesso. Ainda que haja uma certa organização popular, como acontece no MNPR, há um processo ideológico que dificulta a conscientização e organização coletiva.

Em meio ao contexto de pobreza, violência e fome, percebe-se, também, o esforço de enfrentamento dessa realidade de opressão. Na rua, esse enfrentamento ocorre tanto por ações individuais, como o trabalho informal e a mendicância, quanto por ações de solidariedade, importantes especialmente na pandemia. Organizações, movimentos sociais, serviços públicos e a sociedade civil atuam na tentativa de reduzir o abismo causado pelo capitalismo (Rodrigues, 2022). Contudo, é importante destacar também a criação de redes e parcerias entre as próprias pessoas em situação de rua, que ao acharem seus pares se protegem e se cuidam, compartilhando, muitas vezes, o pouco que têm, como Eva relata: "Me lembro...fazia amizade, os pessoal tinha gente que eu chegava perto dos pessoal que fazia os panelão na rua, que as vez a gente faz comida na rua pra nós comer" (Eva).

Alguns relatos ressaltam, por outro lado, dificuldades no enfrentamento do fatalismo. Jorge entende que o uso de drogas e a ação de algumas entidades de ajuda dificultam o processo de amadurecimento da consciência política. Já Alex usa as expressões "luta" e "batalha" para se referir à sobrevivência diária. É um reconhecimento da necessidade de lutar, no entanto se trata de sobreviver, conseguir comida e obter alguma renda.

Na ativa, tando em ativa, ninguém consegue se organizar. Então, e gente tem que tomar consciência política. As entidades não querem que a gente.... não querem ajudar

pra ter essa consciência política. Não querem. Simples assim. Pra gente sempre ser monitorado, sempre ser... ser domesticado (Jorge).

Mas é coisa que a gente vai superando no dia a dia. Todo dia é uma luta, todo dia é uma batalha, todo dia tem que levantar a cabeça, caminhar mesmo e... é isso aí. Tem que esperar por ninguém não que se num for atrás, né? Tem que ir mesmo (Alex).

Por outro lado, Eva relata conflitos e violências cotidianas entre pessoas em situação de rua, que podem ser entendidos como obstáculos ao enfrentamento do fatalismo, por fragilizarem a organização coletiva e fortalecimento comunitário: “deus já me dava vários livramentos também dos outro pegar pau pra vir bater em mim, pra querer bater em mim, eu já briguei na rua muito, já briguei na rua também, tendeu?” (Eva). As análises de Fanon (2022) ajudam a compreender essa realidade, ao apontar que a violência da colonização produz uma tensão muscular no corpo do colonizado, que muitas vezes é descarregada por meio da violência contra outros colonizados, quando deveria se voltar contra o colonizador.

Para Ximenes et al. (2022), muitas vezes o fatalismo impede que as pessoas identifiquem as estruturas sociais que determinam a pobreza e as condições de opressão. Apesar de alguns entrevistados apresentarem uma compreensão crítica da vida nas ruas, se limitam à crítica às ações do Estado e de entidades não governamentais, pouco se referindo ao modelo de sociedade, que mantém e intensifica as condições de pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas demonstram que tanto o fatalismo como a pobreza das pessoas em situação de rua se entrelaçam à realidade da fome. Em muitos casos, essas pessoas precisam se submeter a comportamentos vexatórios e humilhantes, tais como bater de casa em casa para pedir e buscar restos de comida no lixo, experiência mais comum nos primeiros dias na rua, quando ainda não conhecem os meios de conseguir comida. Apesar de existir uma política nacional voltada a essa população desde 2009, a ação do poder público no enfrentamento dessa realidade ainda é insuficiente. Além da fome, a vida na rua também implica várias outras formas de privações e opressões, como a violência, discriminações, saúde precária e dificuldade de acesso a serviços públicos e privados.

Diante dessa realidade de opressão, o fatalismo está claramente presente, mas as pessoas em situação de rua não assumem uma postura de passividade. Destacam-se ações individuais na luta diária pela sobrevivência imediata, que incluem trabalho informal, mendicância e uso da

rede de apoio social de que fazem parte serviços públicos, entidades não governamentais e outros voluntários.

Apesar de ainda ser necessária uma maior e mais forte representação, existem algumas ações do MNPR, na busca por reconhecimento e garantia de direitos. No entanto, essas ações esbarram na insuficiência das políticas públicas, que contribuem para amenizar o sofrimento da vida nas ruas, mas não garantem o efetivo enfrentamento da situação de rua. Isso ocorre, pois o fatalismo, a fome, a pobreza e a situação de rua são resultados do capitalismo neoliberal. Isto é, a mesma sociedade que produz o fatalismo também produz a fome. O enfrentamento dessa condição demandaria, muito além de políticas públicas compensatórias, transformação radical da sociedade, na direção de uma lógica mais justa. Para além do fatalismo, os resultados apontaram para uma clara implicação psicológica da fome, tanto pelo sofrimento social resultante como também pelas vivências de humilhação.

A pesquisa de campo foi marcada pelos desafios da pandemia de COVID-19, o que impôs alguns limites à coleta de dados. A realização de entrevistas remotas com quatro entrevistados dificultou o acesso a aspectos corporais e territoriais das vivências de rua. Ainda assim, a qualidade dos relatos obtidos remotamente foi semelhante à das entrevistas presenciais, possivelmente em função do vínculo prévio entre pesquisadores e participantes. Ademais, a equipe possuía experiência prévia de pesquisa, extensão e militância junto à PSR, de modo que a análise não partiu de um olhar totalmente externo ou neutro.

Esta pesquisa contribui para a visibilização da fome e do fatalismo na realidade da PSR, compreendendo-os como expressões de violências resultantes de uma estrutura social cuja lógica é excludente e desigual. Por fim, indica-se a necessidade de novos estudos que aprofundem a compreensão dessa realidade, especialmente da experiência subjetiva da fome, tanto entre pessoas em situação de rua quanto na população em geral.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

T.B.T.D., C.A.S. e V.M.X. contribuíram para a redação inicial do artigo. C.E.E.F. e V.M.X. contribuíram na coleta de dados e obtenção de financiamento. T.B.T.D., C.A.S. e C.E.E.F. contribuíram para conceitualização, análise dos dados e redação do artigo. Todos os autores contribuíram para revisão e edição final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, V. N. M., & Ximenes, V. M. (2023). Implicações psicossociais da pobreza sob uma perspectiva da psicologia comunitária: Revisão narrativa. *Revista De Psicologia*, 14, e023014. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.14.2023.e023014>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (1. ed., 3. reimpr.). Edições 70.
- Brasil. (2022). Insegurança alimentar e nutricional: sobre a falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para uma vida saudável. Glossário Saúde Brasil. Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>
- Brito, R. M. de S., Sousa, S. F. de, Barros, J. P. P., & Ximenes, V. M. (2022). População em situação de rua e seus entrelaçamentos com a violência e a segurança. In V. M. Ximenes, A. F. L. Esmeraldo, & C. E. Esmeraldo Filho (Orgs.), *Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências* (pp. 419–435). Expressão Gráfica e Editora.
- Castro, J. de. (2022). *Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço*. Todavia.
- Cerda, C. M. P. de la, Martins e Soares, G., Pinheiro, A. K. B., Lachim, S. A. F., Dias, A. L. F., Arcencio, R. A., & Freitas, G. L. de. (2024). Acesso e qualidade da alimentação: percepção da população em situação de rua. *Acta Paulista de Enfermagem*, 37, eAPE02361. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2024A00002361>
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo* (F. L. de Almeida, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1950).
- Costa, D. D. L. R. (2007). *A rua em movimento-experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-20122007-140625>
- Costa, P. H. A. da., & Mendes, K. T. (2020). *Subjetividades no Brasil da cólera: formação e conjuntura*. CRV.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial.
- Duarte, M. B. C., Brisola, E. M. A., & Rodrigues, A. M. (2021). População em situação de rua: Representações sociais sobre o comer e a comida. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(2), 57–74. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n2p57>
- Esmeraldo Filho, C. E., & Ximenes, V. M. (2024). Dimensão subjetiva da pobreza: Que dizem as pessoas em situação de rua. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e267483. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003267483>
- Fahel, M., Teles, L. R., & Caminhas, D. A. (2016). Para além da renda: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(92), e319205. <https://doi.org/10.17666/319205/2016>
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Zahar.
- Fortaleza. (2021). *Relatório do Censo Geral da população em situação de rua da cidade de Fortaleza/CE - 2021*. Prefeitura de Fortaleza: Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Mulheres.
- Honorato, B. E. F. (ANO). *Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9LEQSS>
- Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. (2006). Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito à alimentação e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm
- Lizarraga, P. (2024). *Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul*. Expressão Popular & Fundação Rosa Luxemburgo.
- Luciano, C. dos S., & Correa, P. B. (2022). A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. *Revista Katálysis*, 25(3), 478–487. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86244>
- Martín-Baró, I., & Blanco Abarca, A. (1998). *Psicologia de la liberación*. Trotta.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Vozes.
- Martins, N. B., & Reidel, T. (2023). População em situação de rua e seu acesso à alimentação: Uma desigualdade intensificada pela pandemia de COVID-19. *Saberes Plurais: Educação e Saúde*, 7(1), e128169. <https://doi.org/10.54909/sp.v7i1.128169>
- Mendes, K. T., & Costa, P. H. A. (2023). Fatalismo. In E. R. Parisí, D. U. Hur, & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Dicionário de Psicologia Política Latino-Americana*. Alínea.
- Mombaca, J. (2021). *Não vão nos matar agora*. Cobogó.
- Mota, J. R., Sodré, A., Santos, A. C., Santos, L. C., Silva, T. C., & Voci, S. M. (2023). População em situação de rua: Percepções sobre o direito humano à alimentação adequada e das dificuldades cotidianas em busca da comida. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 30, e023034. <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8668217>
- Neves-Silva, P., Martins, G. I., & Heller, L. (2018). A gente tem acesso de favores, né? A percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), e00024017. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00024017>

- Oropeza, I. D., & Rosa, M. P. (2021). Psicologia social a partir da América Central: Desafios e perspectivas. Entrevista com Ignacio Martín-Baró. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(2), 826-839. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61072>
- Pessoa, M. D. C. (2021). *O pessoal do Ceará: A mobilização das pessoas e do movimento nacional da população em situação de rua em Fortaleza* [Dissertação de Mestrado, Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia Social UFC/UNILAB da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira]. Repositório Institucional da UFC. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60008>
- Pinto, M. A., & Paiva, F. S. (2021). O fatalismo no cotidiano da pobreza: Do individualismo forjado ao horizonte coletivo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 26(2), 185-196. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210018>
- Queiroz, D. C., Veras, R. M., & Menezes, A. E. G. da S. (2024). Ações de assistência à saúde ofertadas à população em situação de rua: Estado da arte. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(8), e05482024. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024298.05482024>
- Rodrigues, L. V. B. P. (2022). Solidariedade e resistência: A trajetória do Grupo Espírita Casa da Sopa e sua experiência de ação em rede. In V. M. Ximenes, A. F. L. Esmeraldo, & C. E. Esmeraldo Filho (Orgs.), *Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências* (pp. 223-233). Expressão Gráfica e Editora.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª ed.). Expressão Popular & Fundação Perseu Abramo.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>
- Schiavi, C. E. N., Micheletti, V. C. D., Maffaccioli, R., Padoin, S. M. de M., Ramos, A. R., & Vieira, L. B. (2023). Vulnerabilidades entre mulheres em situação de rua vivenciando a gestação, parto e puerpério. *Escola Anna Nery*, 27, e20220384. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0384pt>
- Silva, L. B. da., Feitosa, M. Z. de S., Nepomuceno, B. B., Silva, A. M. S., Ximenes, V. M., Bomfim, Z. A. C. (2016). Apoio social como modo de enfrentamento à pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura-Júnior, *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências* (pp. 289 - 310). Expressão gráfica e Editora.
- Tambellini, A. T., & Miranda, A. C. de. (2021). Determinação social da saúde. In A. P. Dias, A. B. Stauffer, L. H. G. de Moura, & M. C. Vargas (Orgs.), *Dicionário de agroecologia e educação* (pp. 308-314). Expressão Popular.
- Ximenes, V. M., Carvalho, M. A. A. S., Barbosa, V. N. M., Xavier, N. F., & Esmeraldo Filho, C. E. (2022). Processos de discriminação cotidiana e de pobreza na vida das pessoas em situação de rua. In V. M. Ximenes, A. F. L. Esmeraldo, & C. E. Esmeraldo Filho (Eds.), *Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências* (pp. 267-283). Expressão Gráfica e Editora.
- Ximenes, V. M., Lemos, P. M., & Esmeraldo Filho, C. E. (2024). *Pessoas em situação de rua: Vivências de pobreza, opressões e enfrentamentos* (Cartilha). Expressão Gráfica e Editora.

NOTAS

1. "Estouro" é uma expressão usada pelas pessoas em situação de rua do município para se referir à chegada de algum tipo de assistência no espaço público, tais como doação de comida ou roupas. O termo funciona como um alerta coletivo, de modo que, após alguém gritar "estourou", as filas se organizam para o recebimento da doação. O artista Wagner Gonçalves transpôs o fenômeno do "estouro" para a poesia, que pode ser consultada no link (p. 21): <https://institutomirante.org/wp-content/uploads/2025/08/Arte-e-o-que-eu-respiro.pdf>.
2. Tendo em vista que a linguagem é parte constitutiva da vivência das pessoas em situação de rua, os trechos das entrevistas foram apresentados em sua forma original, preservando as falas literais dos participantes e mantendo-se fiel ao material empírico.

Recebido em: 09/05/2025

Primeira decisão editorial em: 05/01/2026

Aceito em: 03/02/2026